



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2670



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



DECRETO Nº 2669, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023.

“Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.”

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI, e art. 86, I, alínea 'i',

CONSIDERANDO o disposto no art. 158, inciso I, da Constituição Federal, o qual preconiza que pertencem aos Municípios o produto de arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa RFB 2.145/2023 altera a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta e indireta e demais pessoas jurídicas que mencionam pelo fornecimento de bens e serviços, atribuindo aos Municípios a titularidade das receitas arrecadadas a título de imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas e jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços e possibilitar a utilização do mesmo regramento aplicado pela União;

CONSIDERANDO que o Imposto de Renda Retido na Fonte é de competência mensal, o que exige a imediata adequação dos procedimentos para fins de aplicação do novo regramento aos contratos em curso a fim de assegurar o cumprimento do disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 04 de junho de 2000 (LRF);

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos para que a retenção e o recolhimento de tributos e contribuições sejam realizados em conformidade ao que determina a legislação, sem deixar de cumprir com as obrigações acessórias de prestação de informações à Receita Federal do Brasil e à Receita no Município;

DECRETA:

Art. 1º Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição Federal, o Município, em todas as suas contratações com pessoas físicas e jurídicas, deverá observar o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, também, na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores.

Art. 2º Em conformidade com a Instrução Normativa RFB 2.145/2023 e suas alterações posteriores, os órgãos e entidades da administração pública municipal direta, indireta e fundações, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda conforme tabela constante no Anexo I da Instrução Normativa RFB 1.234/2012 e Anexo I deste Decreto.

§ 1º Serão retidos na fonte os impostos sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e os impostos sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas nesse Decreto ou para o objeto de licitação, quando for o caso, conforme Instrução Normativa RFB 1.234/2012 e suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la(s), cabendo à contratada o destaque destes impostos no corpo das notas fiscais emitidas.

§ 2º Não haverá a retenção prevista no § 1º deste artigo caso a contratada seja Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições (Simples Nacional), conforme Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou encontre-se em uma das situações elencadas na Instrução Normativa RFB 1.234/2012, suas alterações posteriores ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la(s).

§ 3º Igualmente, não haverá retenção sobre pagamentos às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei Federal nº 9.532/1997, e às instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se refere o art. 15 da Lei Federal nº 9.532/1997, em relação às suas receitas próprias.

§ 4º As entidades enquadradas nos §§ 2º e 3º deste artigo deverão apresentar aos órgãos e entidades contratantes, respectivamente, conforme seu enquadramento, as declarações constantes nos anexos II, III e IV deste Decreto para fins de não retenção do Imposto de Renda da Fonte, nos seguintes prazos estabelecidos:

I - a partir de 01 de outubro de 2023 para os contratos vigentes;

II - no início do vínculo contratual para os novos contratos que vierem a ser firmados;

III - na apresentação da Nota Fiscal, anexo a ela, em caso de bens ou serviços adquiridos na forma de compra direta;

IV - no início de cada exercício financeiro para os contratos recorrentes por força de aditivos de prazos; e

V - sempre que houver alteração das condições de enquadramento das entidades previstas nos §§ 2º e 3º no caput deste artigo.

§ 5º As entidades referidas no caput não farão retenção de PIS, COFINS e CSLL, ressalvadas as hipóteses de celebração de convênio deste Município com a Receita Federal do Brasil, nos termos no art. 33 da Lei Federal nº 10.833/2003.

Art. 3º A obrigação de retenção de imposto de renda alcançará todos os contratos e relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 2º deste Decreto, inclusive convênios com o terceiro setor.

Parágrafo único. Em relação às novas contratações, os órgãos e entidades mencionados no art. 2º deste Decreto devem adequar os editais e minutas-padrão dos contratos administrativos.

Art. 4º Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir documentos fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB 1.234/2012 e suas alterações, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados no art. 2º deste Decreto.

§ 1º Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não recaindo, neste caso, qualquer ônus ao contratante.

§ 2º Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não possam ser substituídos ou retificados por meio de Carta de Correção e para fins exclusivos de indicar a retenção, igualmente incorrerão na retenção do Imposto de Renda, na forma prevista neste Decreto.

Art. 5º O Município deverá efetuar as informações de retenções por meio de obrigações acessórias em conformidade com a legislação vigente, em especial com o disposto na Instrução Normativa RFB 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

Art. 6º A publicação deste Decreto não implicará prejuízo às retenções do imposto de renda já efetuadas anteriormente, considerando a data de publicação da Instrução Normativa RFB 2.145/2023 em 26 de junho de 2023.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 26 de setembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

ANEXO I

Natureza do bem fornecido ou do serviço prestado	Alíquotas IR (%)	Código da Receita
<ul style="list-style-type: none">Alimentação;Energia elétrica;Serviços prestados com emprego de materiais;Construção Civil por empreitada com emprego de materiais;Serviços hospitalares de que trata o art. 30;Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 31;Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767;Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor, ou varejistas, exceto os relacionados no código 8767; eMercadorias e bens em geral.	1,2	6147
<ul style="list-style-type: none">Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o caput do art. 19;Alcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquiridos diretamente do produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 20;	0,24	9060



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2670

• Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 21;		
• Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas;	0,24	8739
• Alcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista;		
• Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas;		
• Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).		
• Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais;		
• Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997;	1,2	8767
• Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o § 1º do art. 22, adquiridos de distribuidores		
e de comerciantes varejistas;		
• Produtos a que se refere o § 2º do art. 22;		
• Produtos de que tratam as alíneas "c" a "k" do inciso I do art. 5º;		
• Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no § 5º do art. 2º.		
• Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850.	2,40	6175
• Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	2,40	8850
• Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas.	0,0	8863
• Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;	2,40	6188
• Seguro saúde.		
• Serviços de abastecimento de água;		
• Telefone;		
• Correio e telégrafos;		
• Vigilância;		
• Limpeza;		
• Locação de mão de obra;		
• Intermediação de negócios;		
• Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;		
• Factoring;		
• Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal;	4,80	6190
• Demais serviços		

ANEXO II

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

_____, (nome da empresa), com sede
_____, (endereço completo), inscrita no
CNPJ sob o nº _____, DECLARA à
_____, (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins
de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o
PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é
regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e
Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional,
de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da
emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas
despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a
modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a
legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de
informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora,
imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a
falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº
9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades
previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-

Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária
(art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, _____ de _____ de _____. (Local e
data)

Assinatura do Responsável

ANEXO III

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS, A QUE SE REFERE O ART. 12 DA LEI Nº 9.532/1997

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

_____, (Nome da entidade), com
sede _____, (endereço
completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à
_____, (nome da entidade pagadora), que não está sujeita à
retenção, na fonte, do IRPJ, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de
1996, por se enquadrar em uma das situações abaixo:

I - INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO:

1. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea
"c", da Constituição Federal, por cumprir os requisitos previstos no art. 12 da Lei nº 9.532, de
10 de dezembro de 1997.

2. () Entidade de ensino superior, em gozo regular da isenção prevista no art. 8º da
Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, por ter aderido ao Programa Universidade para Todos
(Prouni), instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme Termo de Adesão
vigente no período da prestação do serviço ou do fornecimento do bem (doc. Anexo).

II - ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. () Instituição educacional em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, §
7º, da Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo
Ministério da Educação e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101, de 27
de novembro de 2009.

2. () Entidade em gozo regular da imunidade prevista no art. 195, § 7º, da
Constituição Federal, por ter sido certificada como beneficente de assistência social pelo
Ministério da Saúde e por cumprir os requisitos previstos no art. 29 da Lei nº
12.101, de 2009.

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto - Lei nº 2.848,
de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; do art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de
1990, e para fins do art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, que:

a) é representante legal da entidade e assume o compromisso de informar,
imediatamente, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e ao órgão ou à entidade contratante,
qualquer alteração na situação acima declarada;

b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para
as quais foram instituídas.

_____, _____ de _____ de _____. (Local e
data)

Assinatura do Responsável

ANEXO IV

DECLARAÇÃO A SER APRESENTADA PELAS INSTITUIÇÕES DE CARÁTER FILANTRÓPICO, RECREATIVO, CULTURAL, CIENTÍFICO E ÀS ASSOCIAÇÕES CÍVIS, A QUE SE REFERE O ART. 15 DA LEI Nº 9.532/1997

Ilmo. Sr.

(autoridade a quem se dirige)

_____, (Nome da entidade), com
sede _____, (endereço completo),
inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à
_____, (nome da entidade pagadora), para
fins de não incidência na fonte do IR, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de
dezembro de 1996, que é entidade sem fins lucrativos de caráter
_____, a que se refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 10
de dezembro de 1997.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2670

Para esse efeito, a declarante informa que:

- I - preenche os seguintes requisitos, cumulativamente:
 - a) é entidade sem fins lucrativos;
 - b) presta serviços para os quais foi instituída e os coloca à disposição do grupo de pessoas a que se destinam;
 - c) não remunera, por qualquer forma, seus dirigentes por serviços prestados;
 - d) aplica integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais;
 - e) mantém escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
 - f) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
 - g) apresenta anualmente a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), quando se encontra na condição de obrigado e em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
 - h) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

II - o signatário é representante legal desta entidade, assumindo o compromisso de informar à RFB e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto -Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

data) _____ de _____ de _____. (Local e

Assinatura do Responsável



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 2670, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023.

"Estabelece dias de ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.802/1980 que declarou feriado nacional o dia 12 de outubro para culto público e oficial à Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil;

CONSIDERANDO que nesse ano de 2023 a data recairá numa quinta-feira;

CONSIDERANDO que o dia 28 (vinte e oito) de outubro será consagrado ao servidor público municipal conforme disposto no art. 265 da Lei Complementar Municipal nº 08/2005;

CONSIDERANDO que o Dia do Servidor Público é data móvel, designada a critério da Administração Pública;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos como dias de ponto facultativo no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta:

I - 13 de outubro de 2023;

II - 03 de novembro de 2023, dia em que se comemorará, no âmbito do Município de Monte Carmelo, o "Dia do Servidor Público Municipal".

Art. 2º Fica assegurada a manutenção dos serviços considerados essenciais e imprescindíveis, a critério das autoridades competentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 29 de setembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.162, DE 28 DE SETEMBRO DE 2023.

"Altera a Portaria nº 12.085, de 09 de junho de 2022, na forma que especifica."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º As alíneas 'a' e 'b' do inciso III e a alínea 'b' do inciso IV do § 1º e a alínea 'a' do inciso I do § 2º, todos do art. 1º da Portaria nº 12.085, de 09 de junho de 2022, que designou os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, passam a vigorar com a seguinte redação: b

"Art. 1º (...)

§ 1º (...)

(...)

III - (...)

a) Titular: Larissa Stein Rabelo;

b) Suplente: Kayo César de Resende.

IV - (...)

a) (...)

b) Suplente: Isabella de Oliveira Silva.

§ 2º (...)

I - (...)

a) Titular: Ana Clara Martins Mendes;

b) (...)

(...)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 28 de setembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 13.163, DE 29 DE SETEMBRO DE 2023.

"Dispõe a autorização de uso do Espaço Cultural de Monte Carmelo conforme Chamada Pública nº 02-2023."

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe compete e com fundamento no art. 86, II, alínea 'd', e art. 92, § 4º, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023 da Secretaria Municipal de Fazenda, publicado com a finalidade de selecionar interessados nas outorgas de autorização de uso do Espaço Cultural de Monte Carmelo, conforme ANEXO I, para fins de exposição e venda de alimentação e bebidas durante a Festa do "Aniversário de Monte Carmelo - 141 anos", no período de 05 de outubro de 2023 a 08 de outubro de 2023, para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Juventude, Cultura e Esporte, destinado à participação exclusiva de pessoas físicas residentes e domiciliadas em Monte Carmelo/MG, microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e organizações da sociedade civil com sede em Monte Carmelo/MG;

CONSIDERANDO que o art. 92 da Lei Orgânica Municipal prevê que "o uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público devidamente justificado";



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2670

CONSIDERANDO que o interesse público se justifica por se tratar de evento de cunho cultural em comemoração ao aniversário de 141 (cento e quarenta e um anos) de Monte Carmelo, data singular na história de nossa cidade e de manifestação da identidade cultural do povo carmelitano;

CONSIDERANDO que a finalidade do evento é promover a cultura e o lazer nesse momento de encontro de toda a população, o que legitima a outorga de autorização de uso do Espaço Cultural como instrumento eficiente para assegurar, em observância aos princípios que regem a atuação da Administração Pública, a oferta de alimentação e bebidas aos participantes;

CONSIDERANDO que o § 4º do art. 92 da Lei Orgânica prevê que "a autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por Portaria, para atividades ou usos específicos ou transitórios, pelo prazo máximo e improrrogável de noventa dias";

CONSIDERANDO que em 29 de novembro de 2023 a comissão designada pela Portaria nº 13.138, de 18 de setembro de 2023, reuniu-se para analisar os documentos apresentados pelos interessados;

CONSIDERANDO o resultado constante no quadro de classificação e habilitação;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER outorgas de autorização de uso do Espaço Cultural de Monte Carmelo, conforme ANEXO I do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023 da Secretaria Municipal de Fazenda, no período de 05 de outubro de 2023 a 08 de outubro de 2023, a:

I - Associação de Deficientes de Monte Carmelo – ADEMC, CNPJ nº 22.229.389/0001-84; (Item 01 do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023);

II - 52.112.535 Valdenice dos Santos ME, CNPJ nº 52.112.535/0001-58 (Item 02 do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023);

III - Theodoro Lanchonete Ltda, CNPJ nº 51.486.323-0001-78 (Item 02 do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023);

IV - José Carlos Alves Pires 01411178696 ME, CNPJ nº 35.962.820/0001-49, (Item 02 do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023);

V - Cesar Canedo Silva, CPF nº 007.056.***-30 (Item 03 do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023);

VI - Cleomar Vieira Lopes, CPF nº 036.274.***-80 (Item 03 do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023);

VII - Ivania Martins, CPF nº 039.814.***-00. (Item 03 do Edital nº 08/2023, Chamada Pública nº 02/2023).

Art. 2º O aperfeiçoamento da outorga está condicionado à assinatura do Termo de Autorização de Uso e ao recolhimento do valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em relação aos itens 2 e 3.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 29 de setembro de 2023.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE CREDENCIAMENTO. Processo 82/2023 – Credenciamento – Nº 07/2023. Objeto: Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços Médicos, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. Vigência: Até 31/12/2023. Partes: Município de Monte Carmelo-MG: **Empresa Credenciada em 12/09/2023 – Marina Vitória**

Silva Costa e Cia Ltda, CNPJ: 36.840.042/0001-88; Lote: 01: Valor unitário R\$ 80,00 por consulta. Contrato nº 182/2023. Habilitação: 12/09/2023. Ratificação: 15/09/2023. Data do Contrato: 15/09/2023. Monte Carmelo, 15 de setembro de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2023. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar a partir do dia 16 de outubro de 2023, às 14:00 horas na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, situado à Avenida Olegário Maciel nº 129 – 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, para proceder à abertura dos envelopes contendo a documentação para o Credenciamento nº 08/2023. Objeto: Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços Médicos, solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 28 de setembro de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. EXTRATO DE CREDENCIAMENTO. Processo nº 16/2023 – Credenciamento – nº 01/2023. Objeto: Refere-se à Processo de Seleção e Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços Médicos Diversos, Solicitados Pela Secretaria Municipal de Saúde, para Atender as Necessidades do Município de Monte Carmelo - MG. Vigência: Até 31/12/2023. Partes: Município de Monte Carmelo-MG. **Empresa Credenciada em 12/09/2023:** GAPC MED Ltda - ME, CNPJ: 51.739.540/0001-22. Item 01: Atendimento Médico Plantonista: Valor Unitário: R\$ 112,80 por hora trabalhada. Contrato nº 181/2023. Habilitação: 12/09/2023. Ratificação: 15/09/2023. Data do Contrato: 15/09/2023. Monte Carmelo, 15 de setembro de 2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 80/2023 NA FORMA: PRESENCIAL. A Secretaria Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 16 de outubro de 2023, às 14:00 horas na Sala de Licitações, da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, situado à Avenida Olegário Maciel, nº 129, 2º Andar, Bairro Centro, perante Comissão para tal designada, o Pregão Presencial nº 80/2023, Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Produção Edição de Vídeos, e Capturas de Fotografias e Imagens Aéreas com a Utilização de Drones, para atender as Necessidades do Município, solicitado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Comunicação Social. Licitação Regionalizada para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.montecarmelo.mg.gov.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 28/09/2023. Monte Carmelo, 28 de setembro de 2023. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2670



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

Pregão nº 41/2023. 1º T.A ao Contrato 180/2023– Contratada: Boi Branco Ltda - EPP, CNPJ: 20.044.201/0001-06. **CONTRATANTE:** Município de Monte Carmelo MG CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços Para Eventual e Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios, para Atender Diversas Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de 25% do Contrato nº 180/2023, sendo o valor total do acréscimo de R\$ 96.240,00. Data: 18/09/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE TERMO ADITIVO.

Pregão nº 91/2022. 1º T.A Ctt 174/2023 – Contratada: Grandes Marcas Distribuição Eireli, CNPJ: 28.694.741/0001-39. **Contratante:** Município de Monte Carmelo MG CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de saneantes concentrados, saneantes de lavanderia hospitalar, com sistema automático de dosagem em regime de comodato, saneantes para higienização de ambientes de serviço de saúde e equipamento para realização do serviço de higienização do Hospital Municipal de Monte Carmelo. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. **Cláusula 1ª:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de 25% do item 11: Alvejante Líquido; do Contrato nº 174/2023, acréscimo de 250 unidades(LT), sendo o valor total do acréscimo de R\$ 3.725,00. Data: 13/09/2023. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

ESTADO DE MINAS GERAIS



DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE nº. 001/2023 – PROCESSO nº 012/2023. Objeto: REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ACESSÓRIA CONTÁBIL, EM CONFORMIDADE AO INCISO III DO ARTIGO 13, COMBINADO COM O INCISO II DO ARTIGO 25 DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES E ARTIGO 2º DA LEI 14.039/2020, SOB RESPONSABILIDADE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO. Partes: Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 22.604.896/0001-50, e: Empresa: Guilhermina Maria Borges Marques, CNPJ: 08.003.679/0001-84. Valor Total: R\$ 18.000,00. Contrato nº 012/2023. Vigência: 31/12/2023. Data: 21/09/2023. Ricardo de Castro Silva – Diretor Geral. Aviso de Habilitação. O Presidente da CPL torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 012/2023– Inexigibilidade nº 001/2023. Proponente Habilitada: Guilhermina Maria Borges Marques, CNPJ: 08.003.679/0001-84. Data: 21/09/2023. Alex Martins Pereira – Presidente da CPL. Aviso de Ratificação. O diretor Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo - MG torna pública a Ratificação do Processo nº 012/2023– Inexigibilidade nº 001/2023, em favor da Proponente: Guilhermina Maria Borges Marques, CNPJ: 08.003.679/0001-84. Data: 21/09/2023. Ricardo de Castro Silva – Diretor Geral.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



06/09/2023 ATA Nº43 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMAS
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata Reunião Extraordinária dia 06/09/2023 – Ao sexto dia do mês de
2 setembro de 2023, às 08h30min, nos reunimos na Sala dos Conselhos
3 Municipais, localizada na R. Tito Fulgêncio nº 117, Centro, com a presença dos
4 seguintes conselheiros: Maria Pereira Camargos de Souza, Larissa Soares
5 Pinto, Érina Soares Da Silva, Ana Maria Pires Diniz, Thayane Fernandes
6 Veloso, Vânia Maria da Silva, Renata Alves Cardoso Fagundes, Humberto Luiz
7 Borges Junior, Lucinete Fonseca Brandis, Edna dos Santos Martins, a
8 presidente do CMAS Debora Muniz Quaiatto Machado e a secretária dos
9 conselhos municipais Milena Gasparina Da Silva. Para essa reunião tivemos
10 como pauta: Ofícios Recebidos e Convenio com as entidades. A presidente
11 Débora dá início a reunião agradecendo a todos por comparecerem
12 extraordinariamente, e então inicia-a repassando as documentações das
13 entidades referentes a Emenda Parlamentar nº 202340770002 o Espelho de
14 Programação 314310420230001 Emenda Parlamentar ano 2023 GND4:
15 R\$25.000,00 investimento para Conselho Central SSVP e GND3: custeio para
16 União Alan Kardec Lar dos Idosos; Espelho de Programação nº
17 314310420230003, Emenda Parlamentar ano 2023, GND3, destinada ao
18 Fundo Municipal de Assistência Social; e Espelho da Programação
19 314310420230002 Emenda Parlamentar ano de 2023 GND 3 custeios para a
20 APAE de Monte Carmelo no valor de R\$100.000,00. Após a reunião será
21 encaminhado um ofício a procuradoria geral do município para elaborar
22 convênio com as três entidades e efetivar o repasse as mesmas. Para
23 transparência a presidente apresentou a publicação das Resoluções nº 15 e 16
24 e as Atas nº 41 e 42. Posterior a isso, foi apresentado para todos os presentes
25 o comprovante e o certificado de inscrição da entidade CARMOCB, que após
26 apreciada foi aprovada por todos. Posteriormente, foi apresentado a Prestação
27 de Contas dos recursos vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social.
28 Foi apresentado a todos os conselheiros presentes os recursos recebidos no
29 período de novembro de 2022 à julho de 2023, os recursos assistência social
30 apresentados foram: PSB – Proteção Social Básica, Covid Alimentação,
31 Programa Auxílio Brasil (PAB), PSE MAC – Proteção Social Especial – Média E
32 Alta Complexidade, BPC – Escola, GBF – Gestão do Bolsa Família, GSUAS –
33 Gestão do Suas, Piso Mineiro, SIGTV ESTR, Covid Assistencial, Covid – EPI e
34 PROCAD – SUAS. Após isso, a presidente Debora Muniz se despede e
35 agradece a todos pela presença. Nada mais havendo a acrescentar, e, para
36 constar, eu, Milena Gasparina Da Silva lavrei a presente ata, que depois de lida
37 e aprovada por todos, será assinada pelos Presentes:
38 Érina Soares da Silva *Érina Soares da Silva*
39 Milena Gasparina Da Silva *Milena Gasparina Da Silva*
40 Maria Pereira Camargos de Souza *Maria Pereira Camargos de Souza*
41 Debora Muniz Quaiatto Machado *Debora Muniz Quaiatto Machado*
42 Larissa Soares Pinto *Larissa Soares Pinto*
43 Thayane Fernandes Veloso *Thayane Fernandes Veloso*
44 Ana Maria Pires Diniz *Ana Maria Pires Diniz*
45 Vânia Maria da Silva *Vânia Maria da Silva*
46 Renata Alves Cardoso Fagundes *Renata Alves Cardoso Fagundes*
47 Humberto Luiz Borges Junior *Humberto Luiz Borges Junior*
48 Lucinete Fonseca Brandis *Lucinete Fonseca Brandis*
Edna dos Santos Martins



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
Lei Municipal 1473, de 22/08/2018

RESOLUÇÃO Nº 011, de 20 de abril de 2023

RESOLUÇÃO Nº 011/2023 CMAS MONTE CARMELO/MG

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO ESPELHO DE PROGRAMAÇÃO
314310420230001 EMENDA PARLAMENTAR ANO 2023 GND3 E
ESPELHO DE PROGRAMAÇÃO 314310420230002 EMENDA
PARLAMENTAR ANO 2023 GND 4, DE MONTE CARMELO-MG

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no uso de suas
atribuições, fundamentadas pela Lei Municipal nº 1473, de 22 de agosto de
2018.

CONSIDERANDO a aprovação em Reunião Extraordinária do dia 20 de
abril de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Espelho de Programação 314310420230001 Emenda



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2670

Parlamentar ano 2023 GND 3: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) custeio para o Conselho Central de Monte Carmelo Sociedade São Vicente de Paulo e GND 4: investimento para União Alan Kardec Lar dos Idosos.

Art. 2º - Aprovar o Espelho da Programação 314310420230002 Emenda Parlamentar ano de 2023 GND 3 custeios para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Monte Carmelo-MG no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Carmelo, 20 de abril de 2023.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
(Gestão 2021-2023)



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
Lei Municipal 1473, de 22/08/2018

RESOLUÇÃO Nº 017, de 11 de setembro de 2023

RESOLUÇÃO Nº 017/2023 CMAS MONTE CARMELO/MG

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 011, DE 20 DE ABRIL DE 2023, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE MONTE CARMELO-MG

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no uso de suas atribuições, fundamentadas pela Lei Municipal nº 1473, de 22 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO a aprovação em Reunião Extraordinária do dia 06 de setembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Retificar o Art. 1º da Resolução nº 011, de 20 de abril de 2023, do Conselho Municipal de Assistência Social de Monte Carmelo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Aprovar o Espelho de Programação 314310420230001 Emenda Parlamentar ano 2023 GND4: R\$25.000,00 investimento para Conselho Central SSVF e GND3: custeio para União Alan Kardec Lar dos Idosos.”

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Monte Carmelo, 11 de setembro de 2023.

Debora Muniz Quaiatto Machado

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
(Gestão 2023-2025)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



27/09/2023 ATA Nº44 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTE CARMELO

1 Ata Reunião Ordinária dia 27/09/2023 – Ao vigésimo sétimo dia do mês de
2 setembro de 2023, às 08h30min, nos reunimos na Sala dos Conselhos
3 Municipais, localizada na R. Tito Fulgêncio nº 117, Centro, com a presença dos
4 seguintes conselheiros: Gabriela Martins Resende, Larissa Soares Pinto, Érina
5 Soares Da Silva, Celeste Dias Rosa, Renata Alves Cardoso Fagundes, Ricardo
6 Martins Alves, Luciene Maria Barreto, Elane Maria Lana de Oliveira, a
7 presidente do CMAS Debora Muniz Quaiatto Machado e a secretária dos
8 conselhos municipais Milena Gasparina Da Silva. Para essa reunião tivemos
9 como pauta: Ofícios Recebidos, Plano de Ação e Projeto Procad. A presidente
10 Débora dá início a reunião agradecendo a todos por comparecerem
11 ordinariamente, e então inicia-a explicando sobre o que é o PROCAD-SUAS e
12 seus objetivos. Foi encaminhado o Plano de Ação e Aplicação dos Recursos do
13 PROCAD-SUAS (Programa de Fortalecimento Emergencial do atendimento do
14 Cadastro único no Sistema Único de Assistência Social – Ano 2023), de acordo
15 com a Portaria MDS nº871, de 29 de março de 2023, para a apreciação e
16 aprovação. Anexado junto ao ofício, foi encaminhado também o roteiro para
17 elaboração de Planos de Ação para implementação de busca ativa prevista no
18 Procad-Suas. Após apreciado, foi aprovado por todos os presentes. Também

19 foi apresentado os formulários Padrão de Gestão de Benefícios do Programa
20 Auxílio Brasil/ Bolsa Família, vigência de 20 de janeiro de 2022 a 20 de
21 setembro de 2023. Passando para próxima pauta, a presidente informou aos
22 conselheiros que a conselheira Thayane analisou os documentos de todos as
23 entidades cadastradas no CMAS, após o levantamento, foi sugerido que esses
24 documentos sejam todos atualizados e que a Comissão faça uma nova
25 fiscalização as entidades. Todos os documentos serão atualizados de acordo
26 com a lei do MROSC (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014) e fazer um novo
27 Plano de Trabalho, dentro das normas do MROSC. A presidente Debora Muniz
28 foi aprovada e será a representante responsável pela gestão das parcerias
29 celebradas em relação ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS,
30 vinculado ao CMAS, devido ao Conselho ser fiscalizador e ter o controle social
31 dos recursos. Recebemos ao conselho um ofício referente a entidade
32 ASSPROM, uma entidade de direito privado, de fins não econômicos,
33 beneficente de assistência social, que compõe a Rede Socioassistencial do
34 Sistema Único da Assistência Social – SUAS. A entidade esta interessada em
35 se inscrever no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, após a
36 reunião será encaminhado a entidade os documentos necessários para serem
37 enviados ao CMAS e repassado para a comissão analisar. Após isso, a
38 presidente Debora Muniz se despede e agradece a todos pela presença. Nada
39 mais havendo a acrescentar, e, para constar, eu, Milena Gasparina Da Silva
40 lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, será assinada
41 pelos Presentes:
42 Gabriela Martins Resende, *Gabriela Martins Resende*
43 Larissa Soares Pinto, *Larissa Soares Pinto*
44 Érina Soares Da Silva, *Erina Soares Da Silva*
45 Celeste Dias Rosa, *Celeste Dias Rosa*
46 Renata Alves Cardoso Fagundes, *Renata Alves Cardoso Fagundes*
47 Ricardo Martins Alves, *Ricardo Martins Alves*
48 Luciene Maria Barreto, *Luciene Maria Barreto*
49 Elane Maria Lana de Oliveira, *Elane Maria Lana de Oliveira*
50 Debora Muniz Quaiatto Machado, *Debora Muniz Quaiatto Machado*
51 Milena Gasparina Da Silva, *Milena Gasparina Da Silva*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
Lei Municipal 1473, de 22/08/2018

RESOLUÇÃO Nº 018, de 27 de setembro de 2023

RESOLUÇÃO Nº 018/2023 CMAS MONTE CARMELO/MG

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA REPRESENTANTE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE PARCERIAS CELEBRADAS EM RELAÇÃO A TODOS OS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS, VINCULADO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, DE MONTE CARMELO-MG

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS no uso de suas atribuições, fundamentadas pela Lei Municipal nº 1473, de 22 de agosto de 2018.

CONSIDERANDO que o art. 35 da Lei nº 13.019/2014 dispõe que a celebração e a formalização de termo de fomento dependem, dentre outras providências, da designação do gestor e da comissão de monitoramento e avaliação da parceria;

CONSIDERANDO que o gestor é o “agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização” (art. 2º, VI, da Lei Federal nº 13.019/2014);

CONSIDERANDO a aprovação em Reunião Ordinária do dia 27 de setembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a presidente do CMAS, Débora Muniz Quaiatto Machado, designada como representante responsável pela gestão das parcerias celebradas em relação a todos os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMA, vinculado ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, de Monte Carmelo-MG, devido ao Conselho ser fiscalizador e ter o controle social dos recursos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 29 de setembro de 2023

Ano XVII

nº 2670

Monte Carmelo, 27 de setembro de 2023.

Debora Muniz Quaiatto Machado
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
(Gestão 2023-2025)

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br